

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.803 - RN (2019/0128976-5)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : OBRASSTEC CONSTRUTORA EIRELI
ADVOGADOS : FREDERICO ARAÚJO SEABRA DE MOURA E OUTRO(S) -
RN004780
PABLO GURGEL FERNANDES - RN013126
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : ANTONIO CARLOS RAPOSO CANDIDO FILHO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CRITÉRIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE E DA SUCUMBÊNCIA. MATÉRIA DISCUTIDA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Têm os embargos de declaração por escopo sanar possíveis falhas no decisório atinentes à omissão, contradição ou obscuridade e, ainda, sanar possíveis erros materiais. Não cabe, por essa via, reavaliar o mérito, mas tão somente analisar ou esclarecer, conforme o caso, a parte do decisum que restou obscura, contraditória ou omissa.
2. A simples leitura da peça recursal do recorrente demonstra o intuito de provocar a rediscussão da matéria relativa à fixação dos honorários advocatícios.
3. Tendo sido, portanto, devidamente analisada a questão no acórdão embargado, aplicando-se corretamente a legislação que a rege, não se pode chamar de omissão o simples fato de não seguir o entendimento pleiteado pelo embargante.
4. A legislação processual civil (art. 1.022 do CPC/15) reserva aos embargos de declaração a finalidade precípua de esclarecer obscuridade, espantar dúvida, suprir omissão ou sanar casos de erro material, sendo oportuno destacar, por outro lado, que esta Corte tem posição firmada no sentido de que o mero prequestionamento da matéria, por si só, não acarreta a admissibilidade dos embargos declaratórios.
5. Embargos rejeitados.

O embargante sustenta que houve omissão no julgado com relação à violação do artigo 85, §§ 2º e 3º do CPC/2015. Acrescenta que a União deve ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios uma vez que deu causa ao ajuizamento da ação.

É o relatório.

Passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Extrai-se da decisão embargada:

Compulsando os autos, observa-se que o Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto probatório dos autos entendeu que a Fazenda Nacional não deu causa ao ajuizamento da ação.

A esse respeito, constou o acórdão recorrido o seguinte (fl. 260):

"A recorrente alega que a ação foi ajuizada em virtude da mora da FAZENDA no ajuizamento do executivo fiscal pertinente e que a presente demanda seria a única forma de obter a certidão de regularidade fiscal, razão pela qual deveria ela (ré) arcar com o pagamento da verba honorária. Não se pode dizer que o Fisco tenha demorado em ajuizar a execução fiscal, sobretudo porque o fez no prazo prescricional de que dispunha. Daí por que inviável o reconhecimento de que tenha dado causa à propositura da presente ação.

Nessas circunstâncias, acolher a pretensão recursal - e se reconhecer que a recorrida deve arcar com o pagamento dos honorários advocatícios, por aplicação do princípio da causalidade - implica o revolvimento do acervo fático-probatório, providência obstada na via do recurso especial, em razão do impeditivo de que trata a Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. OCORRÊNCIA DE TRANSAÇÃO, EM MOMENTO POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 467 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 DO STF. DESPESAS PROCESSUAIS. ACÓRDÃO QUE CONCLUIU PELA RESPONSABILIDADE DA EXECUTADA, PELAS DESPESAS PROCESSUAIS, EM FACE DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

III. Quanto à responsabilidade pelo pagamento das custas e da taxa judiciária, não há como analisar a tese defendida pela parte recorrente - no sentido de que o Município agravado deu causa à instauração do processo, razão pela qual deve suportar as despesas processuais, nos termos do art. 26 do CPC -, pois tal implicaria no reexame dos aspectos fático-probatórios do caso em análise, além de ser necessária interpretação de cláusula do instrumento de transação, celebrado entre as partes, o que é inviável, em sede de Recurso Especial, ante os óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ. No mesmo sentido: STJ, AgRg no AREsp 709.936/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/08/2015; STJ, AgRg no AREsp 719.741/RJ. Rei. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/08/2015; STJ, AgRg no AREsp 716.423/RJ, Rei. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 18/08/2015; STJ, AgRg no AREsp 662.724/RJ, Rei. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015.

Superior Tribunal de Justiça

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 848.409/RJ, Rei. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES,
SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 29/03/2016)

Desse modo, a questão quanto à condenação da União em honorários advocatícios por ter supostamente dado causa ao processo foi apreciada de modo adequado, e o mero inconformismo com a conclusão do julgado não enseja a utilização da via de embargos de declaração, que é limitada às hipóteses elencadas no art. 1.022 do CPC/2015.

Assim, não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos de declaração opostos, sobretudo quando contêm elementos meramente impugnativos. Nesse sentido: EDcl no AgRg no Ag 1.218.989/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 7.5.2010; EDcl no REsp 1.118.103/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 20.4.2010.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator